



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 5 de agosto de 2011

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Linhas Cruzadas	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
China.....	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Política Industrial	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow - Up.....	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Empregos verdes	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Notas & Oportunidades	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
C, T&I avançam no Amazonas.....	9
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
C, T&I avançam no Amazonas (continuação)	10
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
A CRITICA	
Crise Mundial	11
ECONOMIA	
A CRITICA	
Seminário	12
ECONOMIA	
A CRITICA	
Decisão judicial anula tombamento	13
CIDADES	
A CRITICA	
Decisão judicial anula tombamento (continuação)	14
CIDADES	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Editorial	15
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Monotrilho deve gerar 2 mil empregos, sendo 500 na fábrica de montagem.....	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Impostos no País podem cair se a crise mundial piorar, diz Mantega	17
ECONOMIA	

MASKATE
Fala Sérió 18
OPINIÃO

MASKATE
Omar pede redução de produtos estrangeiros 19
POLITICA

MASKATE
Brasil Maior? 20
POLITICA

CAPA

Plano do governo pode trazer benefícios

Apesar de ter sido analisado como um plano que não deve prejudicar nem beneficiar o modelo ZFM (Zona Franca de Manaus), a nova política industrial pode favorecer alguns setores que possuem pouca representação no Amazonas, de acordo com assessor econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas. O economista lembra que a política pretende proteger a indústria nacional como um todo e, embora alguns amazonenses “estejam obcecados pela defesa da Zona Franca”, é preciso defender o país.

Frente & Perfil

LAJES

O Ipaam finalmente expediu a licença ambiental autorizando a empresa Lajes Logística iniciar a obra do terminal Porto das Lajes. O diretor-presidente Ademir Stroski afirmou que não foram detectados riscos de comprometimento à área tombada como patrimônio cultural e natural pelo Iphan.

*** **

SOLUÇÃO

Deputados da situação e da oposição se uniram para buscar uma solução para os 1.239 candidatos aprovados no concurso

do Corpo de Bombeiros e das UPA's, realizado em 2010 pelo governo. Chico Preto (PP), Marcos Rotta (PMDB) e Marcelo Ramos (PSB) são os encarregados de negociar.

MEDIDA

A MP 540 editada na terça-feira (2) pelo governo federal limita o tamanho e define o que é o tablet, para não competir com celulares, PCs, notebooks e netbooks. Também desonera os 25% do Imposto de Renda das indústrias que vão produzir o tablet no Amazonas.

Linhas Cruzadas

DESPERDÍCIO

Num país em que o desperdício de alimentos é quase uma norma, a empresa Carlo Norte, no PIM, está dando um exemplo novo de conscientização de seus colaboradores quanto ao desperdício na alimentação. Os restos do dia são pesados e peso é transformado em gêneros que são expostos como exemplo.

China

Dilma tranquiliza Omar sobre splits e motonetas

A presidente da República confiou ao ministro da Fazenda Guido Mantega a tomada de providências urgentes

A presidente Dilma Rousseff garantiu ao governador Omar Aziz que até quarta-feira da semana que vem o governo federal tomará uma posição a respeito da entrada no Brasil de condicionadores de ar split e de motonetas importados da China com isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS). A prática tem sido uma ameaça à produção de split e ao polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus.

Omar reuniu-se com Dilma na tarde de quarta-feira, 3, em Brasília, encontro que também teve a participação dos senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, do secretário executivo da Receita da Secretaria Estadual de Fazenda, Thomaz Nogueira, além dos ministros Guido Mantega (Fazenda), Gleice Hoffman (Casa Civil), o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e o secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Alessandro Teixeira.

Segundo o governador, Dilma recomendou ao ministro da Fazenda,

Guido Mantega, que resolva a questão imediatamente. A reivindicação já vinha sendo feita à Mantega e aos ministros Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando Pimentel (do Desenvolvimento Indústria e Comércio) pelo próprio governador há mais de um mês, quando denunciou que Santa Catarina e Espírito Santo estavam importando split da China com isenção de ICMS e que motonetas de até 80cc produzidas no país asiático também estavam "invadindo" o Brasil.

Na última terça-feira, durante o lançamento do Plano Brasil Maior, que define a nova política industrial do país, tanto Dilma quanto Mantega foram firmes em relação à proteção da indústria nacional diante das importações. Mantega chegou a citar o problema das importações incentivadas em alguns estados brasileiros. "Alguns estados estão dando incentivos às importações barateando os produtos de fora. Não podemos admitir isto", disse o ministro em seu discurso.

Na terça-feira, por ocasião do Plano Brasil Maior, o governo federal também editou a Medida Provisória 540, que protege a indústria de celular e de televisor da Zona Franca de Manaus e dá competitividade à produção de tablet local, anulando efeitos negativos da MP 534, editada no mês de junho.

Política Industrial

Medida deve fortalecer setores menores do PIM, dizem economistas

Mudanças anunciadas nesta semana pelo governo federal podem contribuir para diversificação do Polo

POR LUANA GOMES

Apesar de ter sido analisado como um plano que não deve prejudicar nem beneficiar o modelo ZFM (Zona Franca de Manaus), a nova política industrial pode favorecer alguns setores que possuem pouca representação no Amazonas, de acordo com a Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas).

O assessor econômico da entidade, Gilmar Freitas, lembra que a política pretende proteger a indústria nacional como um todo e, embora alguns amazonenses "estejam obcecados pela defesa da Zona Franca", é preciso defender o país. "Se o desempenho do país cair, o nosso também cai. Não é somente nosso bem estar que vai saltar a pátria", argumentou, ressaltando que a medida também é o primeiro passo para que segmentos, como o de móveis e o de software possam se propagar no Amazonas.

Em declaração anterior a sua posse como presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), o próprio dirigente do Sinaees/AM (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus), Wilson Périco, chegou a comentar que, apesar de ser

preciso tempo para estabelecer capital intelectual e atrair investimentos para novos nichos, havia necessidade de desenvolver novas alternativas econômicas na região.

Previdência social

Segundo o professor de economia da Ufam (Universidade Federal do Amazonas), José Alberto Machado, não haverá perda para o PIM (Polo Industrial de Manaus), pois o Amazonas não conta com nenhum tipo de incentivo rela-

cionado à Previdência Social, uma das medidas anunciadas pelo plano na qual os setores de confecções, calçados, móveis e softwares deixarão de recolher 20% sobre a folha de pagamento para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

O economista emérito pelo Corecon/AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas) afirma que isto seria um grande estímulo para o polo moveleiro. Atualmente, de acordo com dados da Suframa (Superintendência da

Zona Franca de Manaus), este segmento é responsável por uma fatia de apenas 0,10% do faturamento total do Polo nos cinco meses de 2011 (US\$ 16.69 milhões).

O setor de tecnologia de informação também poderia ser desenvolvido, segundo Freitas, ainda mais pelas maiores condições de financiamento, pois, "quem não se desenvolve em tecnologia, não segue o progresso", destacou.

Mesmo com o fato de, para compensar a desoneração, uma nova contribuição incida sobre o faturamento líquido das empresas (de 1,5% para confecções, calçados e móveis e de 2,5% para softwares), o que gerou críticas por parte de muitos representantes do país, o assessor responde que isto será benéfico para as indústrias, pois elas só precisarão pagar em cima do que faturarem. "Se não faturou nada, não precisa pagar também", salientou, lembrando que a medida é provisória e pode ser corrigida se não tiver o efeito desejado.

Por dentro

Desoneração da folha assusta trabalhadores

De acordo com informações da Agência Brasil, depois de se recusarem a participar do lançamento do Plano Brasil Maior, representantes das centrais sindicais brasileiras foram chamados para uma reunião, nesta quinta-feira, 4, no Palácio do Planalto.

A respeito da medida de desonerar a folha de pagamento dos quatro setores participantes, o tesoureiro da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, ponderou que os trabalhadores querem "garantias de que o lucro que vai ser obtido com a desoneração não seja colocado no bolso do empresário e, sim, investido no desenvolvimento da indústria e na geração de mais empregos". No entanto, ele ressaltou que o mais importante foi a presidenta receber as centrais e dizer claramente que o diálogo continua aberto.

Follow - Up



Alerta que vem da Grécia

Algumas pessoas devem lembrar-se de uma peça publicitária da vodka Orloff que dizia: você será amanhã o que eu sou hoje. A ideia era o efeito no dia seguinte (uma terrível ressaca) causado pela ingestão de uma vodka de má qualidade. Na ocasião, a metáfora do “efeito Orloff” foi usada por alguns economistas para sugerir que o Brasil poderia tornar-se o que a Argentina era na época – um país economicamente falido. Felizmente, com o Plano Real e com a responsabilidade fiscal inaugurada no governo FHC, a profecia não se realizou.

Os observadores econômicos agora se preocupam com os excessivos gastos correntes do governo. Gastos que juntamente com déficits das contas externas podem estar armando uma bomba-relógio para os próximos anos. Será que há um novo “efeito Orloff” à vista? Desta vez não seria em relação à Argentina, mas com um longínquo país europeu. O Brasil poderá tornar-se amanhã o que a Grécia é hoje.

O ufanismo e os autoenganos induzem o governo a julgar que o Brasil é um país rico. O governo se comporta como se em um passe de mágica tivéssemos entrado no clube dos ricos, o que seria ótimo. Ocorre que uma nação, com péssimo padrão educacional, desigualdades sociais e bolsões de pobreza, sem infraestrutura compatível com o seu território, que não oferece segurança-pública, coleta de lixo e saneamento básico de qualidade, assistência médico-hospitalar decente e transporte público eficiente para a população, não preenche as pré-condições para ser desenvolvida. Sem mencionar a carga tributária, os altos custos de transação, os juros estratosféricos, procedimentos alfandegários anacrônicos e uma burocracia digna da antiga URSS. O fato é que nenhum país se torna desenvolvido apenas pelo fato de querer sê-lo. Não há atalhos mágicos para o desenvolvimento. O caminho é árduo.

Diante do Brasil real, economistas sensatos chamam a atenção do governo para o exemplo da Grécia, alertando que o país pode estar plantando as sementes de um “efeito Orloff” no médio prazo. Não custa colocar as

barbas de molho. Como dizia a sabedoria de nossos antepassados, cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

Progresso real

O mundo precisa de um progresso econômico com inclusão social, equilíbrio ambiental, valores éticos e redução de desigualdades. Desde 2006, as discussões vêm se aprofundando sobre a nova economia. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) acaba de lançar relatório chamado “Caminhos para uma economia verde”. A transição para essa economia custaria anualmente 2% do PIB mundial, ou US\$ 1,3 trilhão. Segundo o Pnuma, isso equivale ao que hoje aplicado em subsídios a petróleo, agricultura e pesca (atividades pouco sustentáveis). Mas esse investimento precisaria vir seguido de reformas políticas nacionais e internacionais. De acordo com o estudo, “tornar a economia verde geraria não apenas crescimento e renda em capital natural, mas também produziria maior crescimento do PIB e PIB do per capita”. Simulações indicam que um cenário de investimento verde teria taxas de crescimento mais al-

tas do que no padrão de negócios atual, em prazo de cinco a dez anos. Seria um crescimento com redução de impactos ambientais, com a pegada ecológica global sobre a taxa de biocapacidade declinando de 1,5 para menos de 1,2 até 2050, em oposição a um aumento para 2, no cenário

O ufanismo e os autoenganos induzem o governo federal a julgar que o Brasil é um país rico

econômico atual.

Cresce o desmatamento

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) acaba de divulgar o relatório de seu sistema de monitoramento de Desmatamento em Tempo Real da Amazô-

nia Legal para junho. Foram detectados 312,7 km² desmatados na região nesse período, o que equivale a 195 vezes a área do Parque do Ibirapuera. O número é 28,3% maior que o de junho de 2010, quando se registrou 243,7 km² de derrubadas. É também 16,7% maior que o de maio deste ano, quando o índice foi de 267,9 km². Em junho, o Pará assumiu a liderança entre os estados que mais desmatam. Sozinho, respondeu por 119,6 km² do total desmatado, mais de um terço do total. Em relação a maio, houve aumento de 82,5% na área de desmatamento detectada. Mato Grosso, que vinha registrando as maiores áreas de devastação, teve 81,5 km² de florestas derrubadas em junho, contra 93,7 km² em maio. É oportuno lembrar que a ZFM, ao criar um polo de crescimento econômico moderno – uma alternativa à destruição florestal – tem sido responsável pela menor participação do Amazonas no ranking do desmatamento regional.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

Empregos verdes

Amazonas quer criar 150 mil postos

O Amazonas espera gerar nas próximas três décadas 150 mil novos postos de trabalho a partir de projetos econômicos sustentáveis que geram emprego e renda com impacto ambiental reduzido.

A estimativa é baseada na projeção de novos postos de trabalho no Brasil, da OIT (Organização Internacional do Trabalho) a partir das tendências de investimento do governo brasileiro e dos setores produtivos.

“Em todo o mundo, a OIT está falando em 20 milhões de empregos nos próximos 30 anos. Se gerarmos menos de 1% disso já teremos um novo Distrito Industrial”, frisou o secretário executivo da Setrab (Secretaria de Estado do Trabalho), Adilson Vieira.

No Amazonas, os chamados empregos verdes estão concentrados nas atividades desenvolvidas nas 41 Unidades de Conservação (UCs) e nas oito cadeias produtivas florestais, que integram a política de sustentabilidade do governo estadual. Conforme o coordenador do programa de empregos verdes da OIT, Paulo Sérgio Moçouçah, as ações são importantes porque regularizam os trabalhadores e as atividades econômicas.

Notas & Oportunidades



Notas & Oportunidades

LUIZ EDUARDO OLIVEIRA

A nova política industrial brasileira e a ZFM

A nova política de incentivo à política industrial lançada recentemente pelo governo federal desonera de forma paliativa alguns setores produtivos. Os impostos e contribuições a cargo da União serão reduzidos, sendo a maior parte advindos da Cofins e do IPI.

No que afeta diretamente o Polo Industrial de Manaus (PIM) haverá a redução do ICMS interestadual, ou seja, as transações comerciais entre estados ficará mais barata. Isso tende a dinamizar a estagnação industrial pela qual o país vem passando.

Os nossos representantes em Brasília tentam mudar a visão de derrota para uma visão de ganho que beira a irrealidade. De última hora tomarão conhecimento do se construiu nos gabinetes da Casa Civil e do Ministério da Fazenda. Correram com o pires na mão, o que já não é novidade para esta atual bancada, e se curvaram em troca de migalhas palacianas.

Acham que vão mudar anos de atraso tecnológico e social apenas com a limitação do tamanho da tela de tablets, não é assim. Percebam um agravante: a redução do imposto de renda para fabricantes de máquinas e equipamentos ditos de inclusão digital não é exclusiva para a Zona Franca de Manaus, como vem sendo discursado pelo senador (com "s" minúsculo mesmo, pois aquele bravo está em Lisboa) Eduardo Braga e que torna a antiga Lei de Informática sem efeito de agora em

diante, segundo o mesmo. Irresponsavelmente joga a culpa das mazelas industriais do Amazonas sobre o governo de Fernando Henrique, esquecendo de si próprio e de seu "grupo político".

Na realidade esse in-

Os nossos representantes em Brasília tentam mudar a visão de derrota para uma visão de ganho que beira a irrealidade

centivo sobre o IR se estende a todos os Estados das áreas da Sudam e da Sudene. Não há vitória.

Enquanto isso o IBGE divulgou relatório sobre o índice de pobreza nos estados e municípios brasileiros. A verdade se revela quando vemos números como o de Santa

Izabel do Rio Negro em que 60% da população vive abaixo dos limites das necessidades mais básicas para um cidadão comum. Ali, como em outros municípios, em suas sedes não há água tratada, esgoto sanitário ou energia elétrica com fornecimento regular. E nem Vanessa, nem Praciano vão à tribuna ou à mídia eletrônica apresentar e implementar soluções para esses problemas. Tudo vai sendo realizado conforme o acordar diário dos dirigentes, inexistente um planejamento de desenvolvimento sustentável para Manaus e os municípios amazonenses.

Outros Estados como a Paraíba e Pernambuco investem fortemente em desenvolvimento e pesquisa de novos materiais e produtos com elevado

valor agregado. Tentam mudar a realidade do nordeste brasileiro, e já estão conseguindo isso. A migração daqueles estados para o sudeste diminuiu nos últimos anos e está havendo até um fluxo invertido naquela direção.

O terceiro aeroporto na região metropolitana de São Paulo, o qual já falei sobre ele, está muito próximo de sair do papel. Os órgãos responsáveis, Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e Anac, já avaliam a solicitação feita pelas construtoras Andrade Gutierrez e Camargo Correa que querem explorar privatamente esse empreendimento.

E assim ficamos com nossos barquinhos e peixinhos à beira do rio.

Até a próxima semana.

LUIZ OLIVEIRA é engenheiro civil e analista tributário da Receita Federal do Brasil desde 2001

C, T&I avançam no Amazonas

Há oito anos investimento estadual para a área era zero, hoje Estado repassa 1% da receita

Fazer C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) é um desafio em qualquer lugar do mundo, e aqui no Amazonas não é diferente. Mas o que chama a atenção é a forma como o Estado, em apenas oito anos, deu um salto em desenvolvimento científico e investimentos nos setores de C,T&I, figurando entre os que mais se destacam no país.

O segredo deste sucesso é atribuído a uma ação de governo que, em 2003, decidiu mudar a realidade no Amazonas e criou o que hoje é conhecido como o Sistema Público Estadual de Ciência e Tecnologia. O sistema é composto por quatro instituições que visam promover o desenvolvimento do Estado, usando como eixo transversal suas ações em C,T&I: a Sect-AM (Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia), a Fapeam (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas), a UEA (Universidade do Estado do Amazonas) e o Cetam (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas).

Segundo o atual reitor da UEA, Prof. José Aldemir, que participou deste processo de mudanças, antes de 2003 o número de pesquisadores que tinham acesso ao Sistema Nacio-

nal de C&T (Capes, CNPq e Finep) era restrito, e apenas três instituições tinham acesso a ele: o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), a Embrapa-Amazônia Ocidental (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e a Ufam (Universidade Federal do Amazonas).

“No início de 2003, o investimento estadual em C&T era zero, embora já fosse previsto o Fundo de Ciência e Tecnologia, com 1% da receita líquida do Estado”, destacou. O Amazonas tem, hoje, a quarta agência de fomento do Brasil e apresenta um crescimento em todos os indicadores de C&T. A partir do momento em que um grupo de pesquisa acessa o Sistema Estadual e tem recursos disponibilizados, ele se fortalece e usufrui do Sistema Nacional, isso faz aumentar o número de bolsistas de produtividade, de grupos de pesquisa, de doutores, etc. Por conta disso, facilmente nós podemos dividir a ciência no Amazonas em dois momentos, o primeiro antes da Fapeam e do Sistema Estadual de C&T e depois disso”, avaliou.

Para o secretário estadual de C&T, Odenildo Sena, o paralelo entre o que era o Amazonas antes e depois de 2003 pode ser feito sob

vários aspectos. Ele afirma que, sem a existência do sistema público estadual, as ações aconteciam de forma silenciosa, até por conta das poucas pessoas que se envolviam com C&T no Estado.

Amazonas no mapa de CT&I

Segundo o secretário estadual de C&T, Odenildo Sena, após oito anos de atuação na área, o Amazonas hoje está no mapa de C&T do Brasil, o que não existia antes da implementação do Sistema Estadual.

Para a diretora-presidenta da Fapeam, Maria Olívia Simão, constar no mapa nacional é um fato alcançado por meio de vários fatores, dentre estes a atuação de Odenildo Sena, ainda enquanto titular da FAP do Amazonas, como presidente do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e, atualmente, à frente da presidência do Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti).

C, T&I avançam no Amazonas (continuação)

Países vão construir centro de nanotecnologia

O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, disse que o governo brasileiro vai construir um centro de pesquisas em nanotecnologia em Campinas, em uma parceria com a Academia Chinesa de Ciências. O centro deve realizar pesquisas em biotecnologia e outras ciências especiais.

O ministro acertou nesta quarta-feira detalhes da parceria em uma reunião com representantes da academia chinesa durante o 4º Congresso Brasileiro de Inovação

na Indústria. De acordo com o ministro, o memorando que formalizará o acordo será assinado durante uma viagem que ele fará à China e também à Coreia do Sul, nos próximos dias.

Mercadante disse que o centro deve custar R\$ 10 milhões, investimento que será dividido entre os dois países. Segundo o ministro, o Brasil vai firmar com a academia convênios para pesquisas em ciências da computação, ciências espaciais e sobre mudanças climáticas.

De acordo com ele, o Brasil negocia, na ONU (Organização das Nações Unidas), a instalação de um centro internacional de formação de pesquisadores sobre biodiversidade no país. Ainda este ano, a ONU deve lançar um plano sobre biodiversidade. Caso aprovado pela ONU, o centro de formação seria instalado em Manaus, segundo o ministro. Mercadante lembrou que a unidade poderia usar as instalações do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), que já tem sede na cidade.

Alteração

MCT inclui a palavra Inovação em sigla

'Inovação', palavra recém-incorporada ao nome do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), vem sendo um elemento constante nos discursos do ministro Aloizio Mercadante – e também em medidas concretas – desde que ele assumiu a pasta.

O nome foi alterado para Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação pela presidente Dilma Rousseff, durante o lançamento do Plano Brasil Maior. A mudança faz parte da Medida Provisória 541, que também incentiva exportações e reestrutura o Inmetro/

MDIC (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

No lançamento do plano, Mercadante comentou que o país será competitivo se tiver capacidade de inovar, se mudar a cultura passiva diante da tecnologia. "Para isso, precisamos também de parcerias criativas entre o Estado e o setor privado", acrescentou.

Já em seu discurso de posse, em janeiro, Mercadante anunciou que pretendia trabalhar para aumentar o volume de investimentos no setor

e na inovação. "Temos todo o potencial para ser o primeiro país tropical desenvolvido, se efetivamente avançarmos rumo à sociedade do conhecimento e à sustentabilidade ambiental"; disse.

No Seminário Brasil do Diálogo, da Produção e do Trabalho, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em maio, Mercadante alertou para o risco de o país se acomodar como exportador de commodities (produtos agrícolas e minerais).

Crise Mundial

Dilma teme 'pneumonia crônica'

Em reunião com representantes sindicais na manhã de ontem, a presidente Dilma Rousseff voltou a ressaltar sua preocupação com uma possível recessão na economia mundial. Segundo relato dos presentes, Dilma afirmou que a crise na economia global deixou de ser uma "gripe para virar uma pneumonia crônica". Ontem, as bolsas voltaram a cair no mundo e no Brasil como consequência da crise e do medo de recessão. Dilma participou de uma reunião organizada entre sindicalistas e o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral) depois do mal-estar gerado pela não discussão, com o setor laboral, da nova política industrial do governo, lançada na última terça-feira (2).

Seminário

Em busca do 'emprego verde'

Para secretário da OIT, Amazonas precisa de acordos internacionais para que países patrocinem a manutenção da floresta

RENATA MAGNENTI
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

O termo 'emprego verde', segundo a Organização Mundial do Trabalho (OIT) sintetiza a transformação do emprego a partir da geração e manuseio de produtos naturais. O assunto foi debatido no 1º Seminário Empregos Verdes para o Desenvolvimento do Amazonas, realizado, ontem, em Manaus.

O coordenador do Programa de Trabalho Decente e Empregos Verdes da OIT, Paulo Sérgio Muçouçab, afirma que os empregos verdes no Amazonas são gerados pela exploração sustentável da floresta. "O manejo da madeira ocupa o topo da cadeia, seguido da exploração de açaí e guaraná, e, por último, o cultivo da castanha-do-Pará".

De acordo com dados da OIT, a exploração de madeira é representativa no Amazonas, mas precisa ser aprimorada e formalizada. "Sabemos que há extrativistas trabalhando de maneira ilegal, assim como 'empresários' que exploram a floresta de maneira irregular".

Para Paulo Sérgio o foco deve se concentrar na exploração florestal. Fontes energéticas como o gás natural não colocarão o Amazonas em evidência no quesito emprego verde. "Outras regiões do País têm tido destaque quando se fala em biomassa e o Amazonas precisa aprender a explorar a floresta". O coordenador da OIT acredita ainda que segmentos como fármacos, cosméticos e fibras também agregam nichos a serem explorados.

Na avaliação do coordenador,

possamos mantê-la em pé".

Durante o seminário, representantes do Estado e do município criticaram a maneira como os governos federal e estaduais tratam questões ambientais e o homem da floresta.

O secretário executivo da Secretaria de Estado do Trabalho (Setrab), Adilson Vieira, defendeu a sinergia de esforços entre Estados na definição de estratégias para fomentar a geração de empregos a partir de produtos verdes como o gás natural. "Precisamos de estratégias claras tomadas em conjunto com os demais governos".

Na opinião do secretário municipal do trabalho, Vital Melo, é absurdo falar em geração de emprego no Estado quando o capital do Amazonas detém 92% dos empregos. "Temos ainda a crise do pescado que hoje tem faltado na mesa dos amazonenses que têm se alimentado com carne bovina e frango proveniente de desmatamento", disse. E concluiu dizendo que hoje a população é dividida pelo grupo que paga bolsas assistenciais e pelo grupo que recebe o auxílio.

Saiba mais

>> Fontes energéticas

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem expectativa de que até 2030 sejam criados cerca de 20 milhões de empregos verdes através das fontes energéticas naturais. Atualmente, a biomassa representa cerca de 14% da energia consumida no mundo, constituindo para os países em desenvolvimento a maior fonte energética.

a melhor forma de explorar a floresta de maneira sustentável é firmando acordos internacionais. "O mundo precisa entender que a Amazônia custa dinheiro e que precisa contribuir para que

Decisão judicial anula tombamento

MONICA PRESTES
ESPECIAL PARA A CRÍTICA

A sentença proferida ontem pelo juiz federal da 7ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, Dilmis da Costa Braga, que anulou o tombamento do Encontro das Águas, deve ser contestada pela presidência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília.

Na decisão, o juiz que anulou o procedimento administrativo que resultou no tombamento do Encontro das Águas alega que o fato de o Iphan não ter realizado consultas e audiências públicas durante o processo feriu os "princípios constitucionais de proporcionalidade, informação e participação e os princípios ambientais da participação e informação, previstos no Princípio nº 10 da Declaração do Rio/92 (Eco/92)". As informações foram divulgadas pela assessoria da Justiça Federal no Amazonas.

Na sentença, Braga se baseia nos artigos 31 e 32 da Lei 9.784/99 para anular o procedimento de tombamento "até que sejam realizadas as audiências públicas, pelo menos uma em cada município diretamente afetado, (...) bem como viabilizadas consultas públicas".

A ação judicial que pediu a anulação do tombamento do Encontro das Águas foi ajuizada pelo Governo do Estado, que alegou não ter tido tempo hábil para discutir o processo e apontou falhas na publicidade do procedimento administrativo.

DECISÃO É ILEGAL, DIZ IPHAN
Segundo o Iphan, o processo administrativo que resultou no tombamento do Encontro das Águas pelo Conselho Consultivo do Instituto, em novembro do ano passado, é irreversível e não pode ser anulado pelo juiz e nem mesmo

pelo próprio Iphan. O tombamento ainda será homologado pelo Ministério da Cultura, mas esta medida, segundo a assessoria, faz parte de um processo burocrático que apenas confirma uma decisão do Conselho. Após o tombamento, só a presidente da República, Dilma Rousseff, tem essa competência.

A presidência do Iphan também informou, por meio da assessoria de imprensa, não ter sido notificada sobre a decisão da Justiça Federal, de anular o tombamento do fenômeno natural e cartão postal de Manaus. O órgão deve se manifestar oficialmente após ser notificado.

As discussões e polêmicas em torno do Encontro das Águas se arrastam desde 2009,

Porto representa fim do 'gargalo'

A construção do Porto das Lajes foi apresentada pelo diretor da Lajes Logística - responsável pelo empreendimento -, Laurits Hansen, como a solução para o "gargalo" logístico do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Para Hansen, o licenciamento ambiental concedido na

última quarta-feira pelo Ipaam é um passo muito importante para o início das obras atendendo a todas as exigências da legislação ambiental. O licenciamento foi concedido após a Justiça Federal reconhecer a competência do Ipaam para licenciar.

O procurador-geral do Esta-

do, Frânio Lima, afirmou que a ação pedindo a anulação do tombamento não teve relação com a obra do Porto das Lajes. "Não somos contra o tombamento, mas contra a forma como foi realizado, sem tempo para discussões. Não há relação entre as duas coisas."

Decisão judicial anula tombamento (continuação)

Em números

#

23 anos

é o tempo que o Iphan ficou sem promover nenhum tombamento no Amazonas, até o tombamento do Encontro das Águas. Nesse mesmo período, a prefeitura realizou mais de 1,6 mil tombamentos.

Cancelamento

O Decreto-Lei nº 3.866/1941 trata do "des-tombamento" do patrimônio histórico e artístico nacional e foi criado por Getúlio Vargas. Ele determina que "o Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público", pode cancelar qualquer tombamento no Brasil.

quando o Ministério Público Federal (MPF) ingressou com uma ação contra a construção do Porto das Lajes naquela região, empreendimento criticado por ambientalistas.

Após o tombamento do Encontro das Águas, em novembro passado, o Governo do Estado ainda chegou a ingressar com uma ação judicial contra a medida, mas recuou. O Estado também solicitou ao Iphan a impugnação do tombamento e, depois, a redução da área tombada. Nenhum dos pedidos foi atendido pelo órgão.

Na última quarta-feira, a polêmica ganhou força com a concessão de licença ambiental pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) para a construção do porto.

* Colaborou Elaíze Farias

Cronologia

⊗ Procedimentos acerca do tombamento

Março de 2010 - O Ministério Público Federal (MPF) ingressa com ação na 3ª Vara da Justiça Federal pedindo tombamento do Encontro das Águas como um patrimônio histórico.

Novembro de 2010 - O Iphan decide tomar o Encontro das Águas como patrimônio histó-

rico, após 23 anos sem nenhum tombamento no Amazonas.

Janeiro de 2011 - O Governo do Estado impetra ação na Justiça contra o tombamento, mas volta atrás.

Abril de 2011 - Representando o Estado e a Suframa, o depu-

tado estadual Sinésio Campos (PT) vai a Brasília pedir ao Iphan a redução em 30 km² da área tombada.

Mai de 2011 - Por meio da procuradora Sandra Couto, o Governo do Estado voltou a pedir a impugnação do tombamento ao Iphan.

Editorial

Desafio para o Amazonas

A extensão dos benefícios fiscais para a produção de tablets no País e não somente em Manaus é a reprodução das garantias dadas pela Lei de Informática aos novos produtos que invadem os lares e escritórios e tornam-se os responsáveis pela maior fatia de vendas das grandes corporações do setor. Incluir a Zona Franca de Manaus (ZFM) nesse processo é um desafio para as lideranças

políticas e do setor produtivo locais.

O processo de conversão tecnológica é irreversível e transforma todos os produtos em bens de informática, como televisor, monitor, tablet, até o celular. O que fazer diante desse cenário é pauta política, não mais técnica.

Quando a Lei de Informática foi criada como compensação para a manutenção dos incentivos da ZFM, o celular foi incluído como bem de informática. Ainda não era totalmente, pois operava com um sistema analógico, sem banda larga e sem os minúsculos semicondutores que o transformaram hoje em um produto multifuncional.

Para preservar as garantias da ZFM é necessário esforço e união de toda a bancada parlamentar

O resultado foi a imediata perda das vantagens comparativas da ZFM que levaram algumas empresas a transferir as linhas para São Paulo. Outras abriram unidades no Nordeste para produzir os antigos, sim antigos monitores de tubos de imagem.

Este filme não é novo. Para preservar as garantias da ZFM e atrair investimentos, é necessário

Este é mais um passo no novo desafio de assegurar que a Reforma Tributária reduza a guerra fiscal

esforço e união de toda a bancada parlamentar e não apenas de poucos engajados nessa tarefa de preservar o sustentáculo da economia do Amazonas.

Ao somar com a sociedade e a necessária participação do setor produtivo e das entidades dos trabalhadores, a bancada federal deve estar atenta às 'armadilhas' que historicamente prejudicaram

a competitividade local, resultando em corretas ações impetradas no Supremo Tribunal Federal (STF).

As recentes alterações na definição do tamanho das telas dos tablets e a isenção de 25% do Imposto de Renda para a produção local definidas pela MP 540 que beneficiam a ZFM servem de exemplo da necessidade de intensas gestões junto ao governo federal para evitar 'surpresas'.

Este é mais um passo no novo desafio de assegurar que a Reforma Tributária reduza a guerra fiscal e mantenha as vantagens de um modelo gerador de renda e emprego com a preservação da floresta.

Monotrilho deve gerar 2 mil empregos, sendo 500 na fábrica de montagem

EXTO Dalcy Melo
OTO Valmir Lima

MANAUS

A Comissão Geral de Licitação do Amazonas (CGL) aprovou, na manhã de ontem, o consórcio Monotrilho Manaus, formado pelas empresas CR Almeida S/A Engenharia de Obras, Mendes Junior Trading e Engenharia S/A, Sereng Civilsam S/A Empresas Associadas de Engenharia e a Scomi Engineering, que realizará a obra do empreendimento que pretende ser a principal ferramenta de transporte público da cidade frente aos reparativos da Copa de 2014.

A instalação será iniciada logo após a concessão da licença ambiental, com previsão máxima para meados de outubro deste ano. A construção promete gerar dois mil empregos diretos, sendo de 300 a 500 gerados pela filial da Scomi, empresa que será implantada em Manaus para promover a montagem dos vagões e trilhos.

O diretor de desenvolvimento de negócios da CR Almeida, Nicomedes Mafra Neto, disse que a expectativa é que, em torno de 15 dias, seja firmado o contrato com a Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinf) e, em seguida, solicitada a licença ambiental de instalação junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam).

"Vamos definir com a Seinf o projeto executivo, que irá determinar os pontos exatos das estações e da área por onde passará a linha", explicou Nicomedes.

A localização do canteiro não pode ser divulgada porque o terreno ainda está sendo negociado.

Com investimento de R\$ 15 a R\$ 20 milhões, a unidade fabril da Scomi em Manaus começará a construir imediatamente a assinatura do contrato com a Seinf. "Um representante da empresa estará em Manaus, na próxima semana, para

MAIS DADOS

R\$ 1,4

bil é quanto o governo do Estado irá investir na implantação do monotrilho. Esse valor, apresentado na última quarta-feira pelo consórcio, é R\$ 139 milhões menor em relação à proposta anterior apresentada em junho, que somava R\$ 1,599 bilhão. Na ocasião, o total foi rejeitado pela CGL por estar 20% acima da referência de R\$ 1,317 bilhão. De acordo com as regras da licitação, o custo da obra não poderia ultrapassar 10% do índice de referência. O último valor apresentado pelo consórcio está 9,99% acima da referência.

INVESTIMENTOS

A implantação da fábrica de montagem dos vagões e trilhos do Monotrilho em Manaus surge como uma oportunidade à mais de geração de emprego



analisar três terrenos em potencial, um deles é muito próximo à área do traçado", afirmou o vice-presidente da Brasell, representante da Scomi para a

América Latina, Halan Moreira, que também é presidente da Associação Brasileira de Monotrilhos (Abramon).

Segundo o executivo, o pro-

cesso total de instalação do empreendimento deve durar de seis a oito meses.

Sobre o tempo de operação da filial da Scomi no Polo In-

dustrial de Manaus (PTM), Moreira afirmou que não existe um prazo definido. "O objetivo é que cada unidade atenda às necessidades dos mercados nas Américas, se o projeto não for o único, a unidade irá somar esforços com as outras existentes, integrando e apoiando a cadeia de montagem no Brasil", afirmou Halan Moreira. Em relação à utilização da produção dessa nova unidade fabril para o abastecimento da construção do monotrilho de São Paulo, o executivo disse que isso "está sendo considerado, mas não decidido".

A primeira fase do monotrilho será finalizada até a Copa do Mundo de 2014. Com dez quilômetros de extensão, esse trecho irá do bairro Cidade Nova, na zona norte até as proximidades da Arena da Amazônia, na Avenida Constantino Nery, bairro Flores, zona centro-sul de Manaus.

Impostos no País podem cair se a crise mundial piorar, diz Mantega

Apesar do agravamento da situação internacional, o Brasil está preparado para lidar com a crise econômica no exterior, disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Segundo ele, esse movimento reflete o enfraquecimento dos Estados Unidos e a crise de vários países europeus, que não está sendo resolvida.

O ministro disse esperar que a instabilidade nos mercados financeiros seja momentânea. Por outro lado, se a turbulência persistir, o Brasil pode lançar mão de instru-

mentos disponíveis desde a crise econômica de 2008, de acordo com o ministro.

Para segurar a queda da atividade econômica na época, o governo cortou impostos para estimular o consumo de veículos e da linha branca, reduziu a parcela que os bancos são obrigados manter retida no Banco Central e usou recursos das reservas internacionais para financiar o comércio exterior.

“Espero que esse cenário cesse nos próximos dias, mas, caso haja um agravamento da crise mundial, o Brasil nunca

esteve tão preparado. Hoje, não só temos mais reservas, mas temos os mecanismos e instrumentos que criamos na crise de 2008. Eles estão todos ativos e poderão ser implementados a qualquer momento”, declarou.

Embora tenha minimizado os riscos da situação mundial para a economia brasileira, Mantega admitiu que haverá consequências para o País. “Temos de ficar alerta, olhando as consequências. Mesmo o Brasil estando preparado, pode haver queda na bolsa e no comércio”, diz.

Fala Sério

Dilma pede uma semana

A presidente Dilma Rousseff garantiu ao governador Omar Aziz que até quarta-feira da próxima semana tomará uma posição a respeito da entrada no Brasil de condicionadores de ar split e de motonetas importados da China com isenção de Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS). A prática tem sido uma ameaça à produção de split e ao Polo de Duas Rodas da Zona Franca de Manaus.

Questão pendente



Omar reuniu-se com Dilma na tarde desta quarta-feira, em Brasília. Segundo o governador, Dilma recomendou ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, que resolva a questão imediatamente. A reivindicação já vinha sendo feita à Mantega e aos ministros Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) e Fernando Pimentel (do Desenvolvimento Indústria e Comércio) pelo próprio governador há mais de um mês, quando denunciou que Santa Catarina e Espírito Santo estavam importando split da China com isenção de ICMS e que motonetas de até 80cc produzidas no país asiático também estavam “invadindo” o Brasil.

Omar pede redução de produtos estrangeiros

✓ *Ele se reuniu nesta quarta (3) com a presidente Dilma Rousseff*

O governador do Amazonas, Omar Aziz, pediu nesta quarta-feira (3), em reunião com a presidente Dilma Rousseff, que o governo tome medidas que possam reduzir a entrada de produtos estrangeiros no país, especialmente os vindos da China. Segundo ele, Dilma encaminhou o pedido aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que também estiveram na reunião, no Palácio do Planalto. O grande problema nosso hoje é não perder a competitividade, não só do Brasil, mas de outros estados. A grande preocupação nossa é perder competitividade para os produtos chineses que entram. Não temos como competir", disse o governador.



Importados em profusão



Aziz informou que os produtos importados que mais preocupam a economia do estado são as motos e os aparelhos de ar condicionado. De acordo com o governador, os aparelhos conhecidos como split chegam a entrar no mercado do país com 100% de desoneração de ICMS. Quanto às motos de 80 cilindradas, segundo ele, não há controle na entrada dos produtos, que circulam sem placas no estado. "Tanto o ministro Guido Mantega quanto a ministra Gleisi, que estavam na reunião, foram orientados pela presidente para tomar medidas que coibissem a entrada desses produtos. Ela [Dilma] falou que vai tomar as medidas".

Brasil Maior?

O pedido do governador foi feito um dia após o lançamento do Brasil Maior, que traz uma série de estímulos à competitividade da indústria brasileira tais como desonerações de tributos, manutenção do IPI baixo sobre material de construção e máquinas e equipamentos para a produção, Dilma afirmou que o plano é um primeiro passo e que o gover-

no tomará outras medidas de incentivo à produção, como o Supersimples. Apesar do pedido feito a presidente. Aziz eleogiou o plano.

“A medida que ela [presidente] tomou ontem vai ajudar a manter os empregos. O estado sempre é obrigado a desonerar, especialmente para manter os empregos numa região longe quanto a nossa”.